

Resoluções e encaminhamentos da Plenária Nacional do Setor das Estaduais da FASUBRA Sindical

Reunidas nos dias 04 e 05 de março de 2009, as entidades do setor das Instituições públicas Estaduais de Ensino Superior filiadas a FASUBRA sindical, fizeram um diagnóstico da situação destas instituições e sobre os diversos problemas que atingem à categoria, e as instituições, em função das políticas governamentais ou mesmo de ausência de políticas mais focadas para o setor.

As entidades fizeram os informes sobre as diversas conjunturas que passam pelos seus estados e, após um amplo debate sobre os diversos temários, a plenária encaminhou uma série de resoluções e encaminhamentos que buscam produzir ações concretas para o próximo período neste setor.

Das questões levantadas, o centro do debate perpassou mais efetivamente sobre a questão do financiamento das IEES, sobre a questão previdenciária e sobre a política salarial

Neste sentido, após a discussão de cada tema, foram feitas sugestões de encaminhamentos e seguem abaixo as deliberações que foram aprovadas na Plenária Nacional do Setor das Estaduais.

Previdência:

- Construir estudo sobre a existência ou não de programas de preparação para aposentadoria nas universidades estaduais e levantamento sobre acompanhamento posterior dos aposentados.
- Construir estudo sobre exclusão dos aposentados e pensionistas do processo de paridade das aposentadorias com os ativos, o que ocorre com as aposentadorias proporcionais e/ou por invalidez, bem como redução do benefícios para pensionistas, no caso de morte do servidor.
- Construir estudo sobre a Previdência Suplementar e os efeitos para os novos trabalhadores das Instituições Públicas Estaduais de Ensino Superior.

Saúde do Trabalhador

- Estudo sobre condições de trabalho e existências de programas de acompanhamento da saúde do trabalhador, doenças ocupacionais, e dependência química.

Autonomia Universitária

1. Destacar a importância de regulamentar a autonomia universitária; 20 anos de regulamentação do art.207 da CF para o estado de SP. Decreto de 1989.
2. Analisar os pontos favoráveis e os obstáculos do processo de autonomia das universidades Públicas Estaduais.
3. Lutar pela regulamentação da autonomia administrativa e financeira nas Universidades Públicas Estaduais.

4. Lutar pela democratização nos processos de escolha dos dirigentes das Instituições Públicas Estaduais de Ensino Superior; buscar que os processos eleitorais sejam paritários.
5. Fazer com as instituições sejam democráticas e que exista participação dos servidores nos conselhos e na gestão dos recursos das IEES.

Sobre Financiamento:

6. Debater e formular sobre a melhor formatação para as IEES do uso autônomo dos recursos de pessoal quanto á verbas para contratação e expansão X verbas para melhoria salarial.
7. Lutar para garantir que o financiamento das IEES seja vinculado na Constituição de cada estado.
8. Lutar para implantar como formato de financiamento nas IEES, a sub-vinculação constitucional de percentual definido sobre recursos da arrecadação orçamentária.
9. Construir e disputar nos estados uma PEC que regulamente um percentual fixo do orçamento global do estado para as IEES.
10. Que a FASUBRA continue lutando pela aprovação da extinção da DRU para a Educação, acompanhando ativamente a votação do relatório d o PL no dia 17/03, na Câmara dos Deputados.
11. Que a FASUBRA encaminhe documento ao Deputado Gastão Vieira – presidente da Comissão Especial, e ao relator – Rogério Marinho, pedindo a aprovação do PL que extingue a DRU para o orçamento da Educação.
12. Lutar contra a implantação nos estados da Desvinculação de Receitas Estaduais -DRE
13. A FASUBRA deve lutar por uma reforma tributária justa.

Política Salarial x Data Base

14. Lutar pela regulamentação da convenção 151 para que a negociação coletiva exista de fato.
15. Lutar pela aprovação e implantação de lei estadual que garanta a obrigatoriedade do gestor/governante a negociar com a categoria.
16. Debater e formular diretrizes para uma política salarial que seja articulada nacionalmente quanto à disputa da mesma e definir, segundo as especificidades de cada IEES, qual a melhor forma de encaminhá-las.
17. Lutar pela autonomia de gestão de pessoal nas IEES, de forma que os Reitores possam negociar e deliberar sobre a política salarial, com autonomia de implantação da mesma.
18. Reafirmar a necessidade de negociação coletiva de fato. A Federação deve lutar para conseguir a aprovação e a implantação por lei da negociação coletiva para as IEES..
19. Que a regulamentação da política salarial deve prevê o patamar mínimo de reajuste geral vinculado a um elemento fixo, tal como arrecadação anual, etc.
20. Exigir o cumprimento da data-base por parte dos reitores.

21. Realizar estudo sobre a política salarial das Instituições públicas Estaduais de Ensino Superior com as faixas salariais de cada uma, compondo o piso e o teto de cada instituição.
22. Benefícios Salariais: Realizar estudo sobre quais instituições pagam auxílio alimentação e demais benefícios, quais os valores e que tipo de benefícios se estendem aos aposentados e pensionistas.
23. Lutar pela implantação nas IEES de Benefícios como vale-alimentação, auxílio-creche, auxílio-saúde e demais benefícios que são estendidos às outras categorias do setor público, de forma isonômica.,
24. Gratificações: Realizar estudo sobre as que existem nas Instituições Públicas Estaduais de Ensino Superior, quais os modelos e se incorporam ou não na aposentadoria.

Regime de Trabalho

25. Debater e deliberar sobre as vantagens e desvantagens dos regimes jurídicos existentes nas universidades estaduais e, sobre qual o melhor regime jurídico para as IEES..
26. Reafirmar as vantagens de um regime jurídico único, no caso o Estatutário.

Carreira e Relações de Trabalho

27. Discussão sobre a proposição de um Piso Nacional da categoria técnico-administrativa das Instituições Públicas Estaduais de Ensino Superior. Buscar construir este debate junto a ABRUEM.
28. Construção de diretrizes ou proposta de carreira nacionalmente articulada de Carreira para o setor das universidades estaduais.

Previdência

Sobre as Leis Federais:

- a) Fazer um amplo debate em conjunto com o GT de assuntos de aposentadoria sobre a formas de aposentadoria das IEES (Regime Geral e Regime Próprio) bem como sobre os fundos de previdência existentes, modelos e formas de gestão;
- b) Fazer ampla discussão sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal – formular mudanças quanto ao limite de gasto com pessoal.
- c) Campanha de revisão para a ampliação do limite de 60% de gastos com pessoal para os Estados.
- d) Estudo da Lei 9717 –que regulamenta os Gastos com aposentadorias, prevendo o uso máximo de 12% da receita.
- e) Consulta ao jurídico da FASUBRA sobre a LRF quanto às alterações pretendidas e a Lei 9717 Quanto a remoção do limite existente para os gastos com aposentadorias.
- f) Construção de seminário temático com o Jurídico da FASUBRA e Setor das Estaduais sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ensino Tecnológico

- A FASUBRA deve produzir nos seus fóruns amplo debate e formulação sobre as políticas educacionais do ensino tecnológico, na busca pela democratização destas instituições, e políticas de valorização dos trabalhadores, com instituição de carreiras e benefícios.
- Que a FASUBRA garanta ao SINTEPS e demais entidades do setor tecnológico filiadas, ou que vierem a se filiar, participação e representação em todos os fóruns onde forem discutidas questões referentes ao ensino técnico e tecnológico, nas instancias dos governos e da Federação.

Alteração Estatutária

- A plenária nacional do setor das Estaduais aprovou a proposta de alteração de 02 para 03 membros na Coordenação de Estaduais da Direção Nacional da FASUBRA Sindical.

Da organização do Setor das universidades Estaduais

- Criação do Grupo de Trabalho (GT)-das Estaduais
- Convocação do GT das Estaduais com interface com os outros GT's e Coordenações da DN FASUBRA que tenham interface com o temário a ser discutido.
- Garantir uma política de acompanhamento pela coordenação de estaduais, das entidades filiadas, e de aproximação com as não filiadas, com participação nos fóruns das entidades sempre que reivindicado.
- Criar uma rede on-line de discussão das entidades estaduais com caráter de integração e para discussão e formulação sobre os temas que dizem respeito ao setor. Esta rede discussão deverá estar ligada e coordenada pelos Coordenadores de Estaduais da DN FASUBRA.